1 Secretária, gratificação	120\$00
1 Tesoureira, gratificação	120\$00
4 Serventes-vigilantes e uma cozinheira (sexo feminino), esta com direito a moradia e alimentação, a 12\$	720\$00

§ único. Os funcionários a que se refere este artigo só começarão a vencer desde que entrem em exercício.

Art. 2.º O número de alunos do Instituto será provisoriamente de cinquenta.

Art. 3.º É autorizado o Governo a abrir, sem dependência da lei de 29 de Abril de 1913, os créditos especiais necessários para ocorrer ao pagamento dos encargos resultantes das despesas fixadas pelo presente decreto e das que respeitam à instalação e custeamento do mesmo Instituto, limitadas estas, respectivamente, a 5.000\$ a 12.000\$.

§ único. Por virtude do disposto neste artigo é eliminada a verba de 2.400\$ consignada no orçamento do Ministério da Instrução Pública a favor do Instituto do Professorado Primário Oficial Português, reduzindo-se a dotação respeitante ao corrente ano económico aos duodécimos vencidos até a data em que o Instituto começar a funcionar nos termos do respectivo regulamento.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 18 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—*Domingos Leite Pereira.*

Decreto n.º 5:280

Tornando-se necessário que no próximo ano lectivo comecem já a funcionar as escolas anexas à Escola Normal Primária de Lisboa, a fim de nelas poderem praticar os alunos da Escola Normal; mas,

Considerando que, nos termos do artigo 62.º do decreto n.º 2:213, de 10 de Fevereiro de 1916, o pessoal das referidas escolas anexas é nomeado precedendo concurso documental, seguido de provas práticas, provas essas que devem ser prestadas nas mesmas escolas anexas;

Considerando, porém, que as escolas anexas à Escola Normal Primária de Lisboa ainda não funcionam e ainda nem sequer estão instaladas por não estarem concluídos os respectivos edificios;

Considerando que assim não é possível fazer o recrutamento do pessoal das escolas anexas à Escola Normal Primária de Lisboa por meio de concurso, como estabelece o artigo 102.º do citado decreto n.º 2:213, de 10 de Fevereiro de 1916;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As primeiras nomeações de professores para as escolas anexas à Escola Normal Primária de Lisboa serão feitas por livre escolha do Governo em individuos com a habilitação legal e que possuam reconhecida competência para o ensino das referidas escolas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 15 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—*Domingos Leite Pereira.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral de Assisténcia

1.ª Repartição

Portaria n.º 1:711

Atendendo ao que representou a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, de Guimarães, devidamente autorizada pela assemblea geral dos irmãos, pedindo para levantar dos capitais da instituição até a quantia de 6.000\$ para acudir à manutenção do seu hospital e asilo de entrevados, cujas receitas ordinárias se mostram de todo insufficientes perante a carestia dos diversos artigos de consumo;

Vistas as informações officiais:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que seja concedida a autorização solicitada, sob as seguintes condições:

Que a referida quantia será levantada à medida das necessidades occorrentes;

Que a parte levantada vencerá o juro anual de 5 por cento, que sairá das jóias dos irmãos admitidos de novo, a contar do começo do próximo ano económico; e

Que o sobranste desta receita será aplicado à amortização dos capitais em dívida.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1919.—O Ministro do Trabalho, *Augusto Dias da Silva.*

Portaria n.º 1:712

Atendendo ao que representou a Misericórdia da Covilhã, pedindo autorização para alienar a propriedade urbana que lhe foi legada pelo benemérito padre José Alves da Costa Rato, e situada em Lisboa, Rua da Bempostinha, n.ºs 110 e 112;

Vistas as informações officiais e a resolução favorável da assemblea geral dos irmãos da corporação impetrante:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que seja autorizada a referida alienação, nos termos das leis especiais de desamortização, devendo todavia o produto da venda ser entregue à mesma corporação para ser aplicado à conclusão dos pavilhões de operações e terapêutica do seu hospital, para o que carece dos indispensáveis recursos.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1919.—O Ministro do Trabalho, *Augusto Dias da Silva.*

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Por ter saído com inexactidões novamente se publica a seguinte:

Portaria n.º 1:705

Com fundamento no decreto com força de lei n.º 5:174, de 26 de Fevereiro último, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, nos termos do artigo 2.º do referido diploma:

1.º Conceder à comissão administrativa das obras da Escola Normal de Lisboa a quantia de 50 contos, sendo 25 contos para férias, e 25 contos para materiais, importâncias que serão despendidas nas obras a efectuar, no corrente ano económico, na propriedade denominada Quinta de Marrocos, anexa ao mesmo estabelecimento. As mencionadas verbas sairão, respectivamente, das rubricas «Salários de operários da construção civil» e «Materiais para trabalhos em cujos Ministérios não haja verba para a sua aquisição», descritas no decreto n.º 5:174.

50.000\$00